



**Conselho da
União Europeia**

**Bruxelas, 30 de abril de 2020
(OR. en)**

7575/20

**COAFR 118
CFSP/PESC 322
COHAFA 18
COHOM 34
DEVGEN 48**

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Sudão do Sul

- Conclusões do Conselho (30 de abril de 2020)

Enviam-se em anexo, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o Sudão do Sul, adotadas por procedimento escrito em 30 de abril de 2020.

Conclusões do Conselho sobre o Sudão do Sul

1. A UE congratula-se com a formação do Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado enquanto passo fundamental para uma paz duradoura e um desenvolvimento inclusivo e sustentável no Sudão do Sul. A realização de eleições gerais no final do período de transição constituirá outro passo no sentido da estabilidade. O novo governo de unidade terá de demonstrar um forte e sincero espírito de colaboração de modo a garantir a segurança e a estabilização, promover a reconciliação e a justiça, ambas tão necessárias, e a prestar serviços básicos essenciais ao povo do Sudão do Sul. A este respeito, será importante uma rápida designação dos governadores estatais e dos governos locais.
2. A UE louva o empenho da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento e dos seus Estados-Membros, bem como da União Africana, que foi determinante ao longo do processo político que conduziu à formação do Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado e que continuará a ser fundamental para apoiar a plena aplicação do acordo de paz.
3. É imperativo respeitar plenamente o acordo de cessação das hostilidades assinado em dezembro de 2017. Neste contexto, a UE apoia o processo facilitado pela Comunidade de Santo Egídio com o fim de criar um ambiente propício ao diálogo e assegurar a inclusividade, permitindo a participação no processo de paz de partes não signatárias. O respeito pelas disposições em matéria de segurança, incluindo a unificação ou a desmobilização de todos os ex-combatentes, deve ter como objetivo primordial garantir a proteção e a segurança de todos os cidadãos, independentemente da sua filiação política ou étnica. A UE congratula-se com a assinatura do plano de ação global pelas partes do Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado, que visa pôr termo e prevenir todas as violações graves perpetradas contra crianças, e aguarda com expectativa a sua rápida aplicação. A UE apela ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que renove o embargo às armas e sublinha a necessidade de este ser respeitado.

4. Um processo de elaboração da Constituição inclusivo e a preparação de eleições livres e credíveis são elementos fundamentais para reforçar a democracia e a boa governação. Deve ser garantido um espaço democrático e cívico, e os jornalistas, outros profissionais da comunicação social, a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos têm de poder exercer as suas atividades livremente, nomeadamente participando no debate público. É também crucial garantir um espaço político para os jovens, que têm desempenhado um papel importante no processo de paz.
5. É fundamental que as mulheres participem de uma forma efetiva no processo global de paz e de elaboração da Constituição. A UE congratula-se com a nomeação de mulheres para diversas pastas ministeriais chave, e apela ao Governo para que, em cada nível de governo, pelo menos 35 % dos cargos sejam ocupados por mulheres, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito do acordo de paz. Para que o acordo de paz seja um sucesso é fundamental que se adote uma perspetiva de género nas reformas políticas, económicas e sociais.
6. Mais de metade da população vive em situação de insegurança alimentar grave e dois terços necessitam urgentemente de uma assistência humanitária assente em princípios. A ameaça das pragas de gafanhotos constitui um risco acrescido para as populações. O governo tem de garantir a proteção e a segurança dos trabalhadores humanitários e o acesso humanitário sem entraves em todo o país, assim como criar as condições para um regresso voluntário, seguro, sustentável e digno dos refugiados e das pessoas deslocadas internamente. O orçamento nacional afetado à prestação de serviços básicos, especialmente a saúde e a educação, deve ser aumentado.
7. O novo governo deverá ser mais responsável e transparente, combater a corrupção e aderir às normas financeiras internacionais, a fim colocar o Sudão do Sul numa trajetória rumo à paz e ao desenvolvimento sustentáveis e inclusivos. O acordo de paz descreve as reformas financeiras e económicas que devem ser realizadas, bem como o calendário para a sua aplicação. Uma verificação independente é igualmente necessária para ganhar a confiança da população e dos parceiros internacionais.

8. Tem de se pôr fim às violações generalizadas dos direitos humanos e à cultura de impunidade. A UE está pronta a adotar novas medidas restritivas caso essas violações perdurem ou o processo de paz seja comprometido. Os autores de atos de violência sexual e baseada no género relacionados com os conflitos devem responder pelos seus atos. A UE apoia firmemente a criação de instituições de justiça transicional e insta o Governo a estabelecer os mecanismos previstos no acordo de paz, nomeadamente para assumir um papel de liderança na criação do Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul. A participação da União Africana no apoio a estes esforços continua a ser fundamental.
9. A UE está determinada a continuar a apoiar o povo do Sudão do Sul na sua busca da paz e da prosperidade. A UE reconhece que o calendário para a aplicação dos capítulos do acordo de paz é ambicioso. Para alcançar este objetivo, a UE incentiva o governo a elaborar um quadro abrangente de responsabilização mútua para a futura cooperação com os parceiros internacionais, interligando a paz, a segurança, a justiça e os serviços básicos. A este respeito, a UE está pronta a reforçar o seu apoio ao Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado quando tiverem sido alcançados resultados políticos reais e concretos.
10. A atual pandemia do COVID-19 pode ter graves consequências humanitárias e económicas, suscetíveis de ameaçar a estabilidade recém-alcançada. O Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado adotou algumas medidas preventivas; é fundamental manter um equilíbrio entre a redução da ameaça para a saúde pública e a salvaguarda dos meios de subsistência da população. . A cooperação com a Organização Mundial da Saúde, as Nações Unidas, a União Africana, os centros africanos de prevenção e controlo das doenças e outras entidades regionais é bem-vinda. A UE reitera a sua solidariedade para com o povo do Sudão do Sul e apoia os esforços em curso, nomeadamente o trabalho incansável dos trabalhadores humanitários.